

A TEORIA DE THEODOR W. ADORNO SOBRE O FASCISMO

ADORNO'S THEORY OF FASCISM

Felipe Moralles e Moraes¹

Resumo: Este artigo argumenta, com base na obra de Theodor W. Adorno, que o extremismo de direita não pode ser explicado como um tipo psicológico, movimento classista ou cultural, mas primariamente como uma estrutura formal de pensamento e linguagem. A partir dessa interpretação, as constituintes formais descritas por Adorno são articuladas em três esquemas responsáveis por conferir ao pensamento autoritário a ordenação rígida das experiências: o inimigo escolhido, a suspeita vazia e a corrupção geral. Ao final, o artigo apresenta a perspectiva do teórico crítico sobre como combater os movimentos radicais de direita no campo do pensamento político.

Palavras-chave: Fascismo, Theodor W. Adorno, Personalidade Autoritária

Abstract: *This article argues, based on the work of Theodor W. Adorno, that right-wing extremism cannot be explained as a psychological type, classist movement, or cultural phenomenon, but primarily as a formal structure of thought and language. From this interpretation, the formal constituents described by Adorno are articulated into three schemes responsible for giving authoritarian thinking the rigid ordering of experiences: the chosen enemy, the empty suspicion, and the general corruption. In conclusion, the article presents the critical theorist's perspective on how to combat radical right-wing movements in the field of political thought.*

Keywords: *Fascism, Theodor W. Adorno, Authoritarian personality*

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6591-7803>.

Introdução

Ao fazer seus estudos sobre a organização dos impulsos antidemocráticos nos Estados Unidos dos anos 1940, Theodor W. Adorno descobriu que os movimentos radicais de direita apresentam uma “unidade estrutural” de pensamento e linguagem (TfPf, p. 155), a qual contém suas próprias “constituintes formais” (EPa, p. 341). A chamada “personalidade autoritária” não poderia ser compreendida exatamente como um fenômeno de classe, psicológico ou cultural. Em lugar da dupla determinação, dada pela realidade econômica e pela ideologia, Adorno destaca uma terceira: uma estrutura de pensamento que não define conteúdos específicos, mas, sim, as modalidades através das quais os indivíduos internalizam padrões econômicos e ideológicos. Isso permitiu que anteviesse, já naquela época, que os métodos de propaganda fascistas poderiam tomar o desvio de visões de mundo liberais e individualistas, não necessariamente de um socialismo falsificado (EPa, p. 425-6; *cf.* Abromeit, 2017, p. 20-1). Essas estruturas estereotipadas de personalidade têm uma homologia com certo “clima cultural” (EPa, p. 530).

Para esclarecer o significado dessa descoberta, desfilo (1) as teorias classista, psicológica e cultural do fascismo, para então esquadrihar (2) o “esquema” que confere ao pensamento autoritário a ordenação rígida das experiências, em uma perversão do que propunha Kant (DE, p. 72-3). Na conclusão, recupero o parecer de Adorno de como entestar contra esses movimentos no campo do pensamento e linguagem política.

1 As teorias sobre o fascismo

Ainda que certamente congloba dimensões de classe, psicológicas e intelectuais, a “personalidade autoritária” descrita por Adorno pode ser mais bem compreendida como uma estrutura formal de pensamento mobilizada por movimentos políticos de extrema direita. É o que demonstro comparando as diferentes abordagens sobre o fascismo.

1.1 A abordagem classista

As análises marxistas mais ortodoxas buscam sediar o fascismo nas classes intermediárias, pequeno-burguesa ou média, com apoio da alta burguesia, as quais são contrastadas com as periferias populares, que apenas circunstancialmente gravitariam um núcleo fascista militante (Fromm, 1968[1941], p. 149 e 165; para um apanhado amplo, *cf.* De Felice, 1977, p. 30-54). Entretanto, desde

a primeira metade do século XX, a base social dos movimentos radicais de direita não é mais composta somente pelas classes burguesas, pequenos proprietários e lumpesinato; nem se restringe a lunáticos oportunistas. Espalha-se por toda a população, incluindo jovens, mulheres, trabalhadores, servidores públicos, sem recorte objetivo de classe (AnR, p. 16-7).

As pesquisas empíricas de Adorno revelaram que o autoritarismo não se relaciona tanto com classes ou ideologias econômico-políticas (OsP, p. 37). Mais especificamente, o indivíduo que era definido como conservador em temas econômicos e sociais, segundo a escala PEC, identificando-se com o sistema capitalista, era frequentemente definido como liberal pelas medidas de potencial fascista, segundo a famosa escala F, preservando uma estrutura de personalidade não autoritária. Inversamente, muitos indivíduos que aderiram ostensivamente a atitudes de esquerda em temas sociais e econômicos, sendo baixos pontuadores na escala PEC, tinham estrutura de personalidade bastante próxima de racistas e etnocêntricas, pontuando alto na escala F (EPa, p. 206-7). As pesquisas historiográficas e sociológicas mais recentes confirmam que tanto o recrutamento, quanto o apoio fascista ou de direita radical não podem ser localizados em uma camada social específica (*cf.* Paxton, 2007, p. 93-4 e 343-4; Mudde, 2019, p. 74-5). Outras necessidades tornam-se mais determinantes do que os interesses econômicos imediatos e favorecem uma identificação com os opressores: empresários, militares, religião dominante (EPa, p. 206-7; Tfpf, p. 165-6). A sociedade continua a ser dividida entre dominantes e dominados, proprietários e não-proprietários, os de cima e os de baixo, mas esses últimos se tornaram incapazes de se experimentar como classe, salvo para indicar alguns interesses particulares. Em vez de se tornar evidente, a distinção de classes torna-se tão pouco transparente que a conformidade ao sistema de opressão parece mais racional à maioria do que a solidariedade entre os oprimidos (RKt, p. 376-7).

Porque provém da frustração individual ou social, a linguagem autoritária historicamente obteve muito apelo entre as classes médias, atingidas por crises econômicas, por humilhações políticas, pela dissolução da estrutura familiar patriarcal e pela pressão de grupos sociais subalternos. Nessa maioria, o fascismo encontra parte importante de seu auditório. Porém, a base social dos movimentos políticos autoritários de direita está, muito mais do que nas classes médias, nas múltiplas camadas sociais caracterizadas pelo desejo de fortalecer ou adquirir o *status* de proprietário, facilmente catalisável durante crises econômicas, sociais e políticas – como trabalhadores com medo dos imigrantes e pequenos comerciantes com medo das grandes lojas de departamentos. A audiência da propaganda fascista abrange um espectro muito mais amplo, a saber, todos os setores da vida econômica em que o aperto do processo de concentração do capital é sentido sem a compreensão de seu mecanismo (AnR, p. 10 e 14-5; EPa, p. 535).

A percepção mais importante de Adorno foi a de que o domínio fascista não se impôs “de fora” por obra de alguma elite, classe ou ideologia específica, muito menos por uma desgraça acidental no progresso da humanidade. A força destrutiva do autoritarismo está encravada nas formas de socialização modernas (TbS, p. 195). Ele compreendeu que a dominação econômica se torna anônima e impessoal, atingindo as massas não menos do que as elites e seus vassallos. O sistema capitalista se autonomiza em relação aos que mandam (CtSi, p. 67 e 74). A posição do líder é tão facilmente substituível quanto a de seus inimigos, a despeito da rigidez que assumem essas figuras no pensamento autoritário (TfPF, p. 164 n. 9). A administração da economia, escreve: “não só não precisa mais dos reis como também dos burgueses: agora ela só precisa de todos” (DE, p. 46).

De fato, as interpretações históricas costumam exagerar o auxílio que os partidos fascistas receberam do empresariado, se comparados com outros partidos conservadores, e menosprezar as tensões entre essas forças políticas, das quais resultou a derrota do fascismo em vários países (Paxton, 2007, p. 117-9, 128-32, 167-8 e 337-8). Só é possível expor as causas dos fenômenos políticos quando se captura a forma de sociabilidade que exprime como os atores sociais se individualizam: em especial, a linguagem que retroalimenta seus pensamentos e ações políticas.

1.2 A abordagem psicológica

Wilhelm Reich foi pioneiro ao apontar as dificuldades de atribuir o fascismo seja à pequena, seja à grande burguesia, então buscando conjugar a dupla determinação econômica e ideológica dos indivíduos por meio de uma “economia sexual” (1974[1933], p. 27). Ele se pergunta por que massas de sujeitos economicamente oprimidos, incluindo setores do proletariado, passaram a agir contra a satisfação de seus interesses e necessidades materiais. Sua resposta foi: a repressão sexual. A ideologia seria uma forma de repressão sexual que começa na família, perpetua-se na igreja e nos costumes e instituições militares, cuja característica comum seria o combate à sexualidade de crianças, adolescentes e mulheres (*Ibid.*, p. 31-4, 55 e 100). Todas elas estimulam uma postura de inferioridade sexual e, logo, de passividade, acriticidade e crença na autoridade (*Ibid.*, p. 142-8). Por isso, a defesa da família patriarcal, com a forma de administração de uma pequena empresa ou propriedade, torna-se o primeiro mandamento da política reacionária (*Ibid.*, p. 48-51 e 59-61). Ao contrário, os ideais de individualidade moderna, como o tempo livre, são formas sublimadas de uma vida sexual sem repressões e impulsos genitais progressistas (*Ibid.*, 128 e 143). A dificuldade com que Reich se depara é que a repressão sexual era ainda mais brutal entre os trabalhadores do que entre os burgueses. Para explicar a maior imunização dos trabalhadores contra o fascismo, Reich apela à

forma de vida solidária das classes populares, ou seja, para fatores culturais e de socialização como a esfera pública dos sindicatos, jornais e partidos (*Ibid.*, p. 63).

Por sua vez, Erich Fromm define o “caráter social autoritário” como um conjunto de padrões de comportamento e impulsos inconscientes oriundos de uma estrutura psíquica sadomasoquista determinada por fatores sociais do indivíduo moderno (1968[1941], p. 18, 125 e 133-4). “Por outras palavras, o caráter social interioriza necessidades externas e destarte aproveita a energia humana para as tarefas de um dado sistema econômico” (*Ibid.*, p. 224). O psicanalista acaba reconhecendo, contudo, que foi uma ideologia a responsável por satisfazer os desejos das pessoas com caráter sadomasoquista e, ao mesmo tempo, dar “direção e orientação” aos que não tinham essa mesma estrutura de caráter e estavam apenas politicamente conformadas (*Ibid.*, p. 188). Assim, a ideologia autoritária acha solo fértil não apenas num caráter específico, mas também na desorientação política.

Na mesma época, outro membro da Escola de Frankfurt pesquisava acerca dos agitadores das mídias de massa (rádios, revistas e panfletos) nos EUA. Leo Löwenthal parte da mesma surpresa de constatar muitos antissemitas e admiradores locais de Hitler e Mussolini. A pesquisa já buscava desfazer a imagem convencional, ainda hoje comum, de que se trataria de loucos ou de agentes dos quais bastaria desmascarar contradições e intenções. Sua tese defende que o agitador fascista se utiliza de mecanismos inconscientes para manipulação da audiência, os quais podem ser massificados sob certas circunstâncias de crise, contando como um dos primeiros estudos empíricos sobre o pano de fundo psicológico do fascismo. Na sedução não estão simplesmente representações ou juízos falsos, mas preponderantemente fatores psicológicos que refletem no engajamento com o público. Abrangendo extenso lapso temporal, o teórico crítico percebe que, mesmo que os partidos mudassem de programas e a vida pública sofressem grandes transformações, as linhas fundamentais da agitação fascista permaneciam as mesmas, pois estavam associadas a males sociais presentes em todas as sociedades modernas (Löwenthal, 2017[1949], p. 21 e 147-9). A dificuldade do estudo é que os padrões de desorientação do fascismo, pelos quais o agitador “bloqueia o caminho para o conhecimento das causas objetivas do mal-estar”, são imediatamente associados a psicopatologias comparáveis às “doenças de pele”, nas quais o paciente é estimulado à satisfação instintiva e ao alívio rápido de se coçar, embora devesse “seguir o conselho de um médico experiente”, para afastar a comichão com um “tratamento bem-sucedido” (*Ibid.*, p. 31-3).

Diferentemente destes três, Adorno tem em vista categorias menos psicológicas do que de orientação do pensamento. A chamada “personalidade autoritária” é definida como a prontidão para aceitar expressões verbais, propagandas e ações antidemocráticas. Ela é um modo interno de

articulação de ideologias e influências sociológicas externas (EPa, p. 6 e 521-2). Investigam-se, por isso, os “padrões de pensamento político” (EPa, p. 432).

A utilização por Adorno de tipos de personalidade é cercada de cautelas: “há razões para procurar por tipos psicológicos porque o mundo em que vivemos é tipificado e ‘produz’ diferentes ‘tipos’ de pessoas” (EPa, p. 522). O teórico crítico dá primazia à análise de “tipos políticos” (EPa, p. 73). As associações entre autoritarismo e paranoia ou psicose são feitas, repete várias vezes, por semelhança ou aproximação. O pensamento autoritário dificilmente poderia ser explicado por meio de conceitos clínicos, pois racistas, homofóbicos, xenófobos etc., não são psicóticos (EPa, p. 251, 254 e 264). O autoritarismo utiliza-se de mecanismos inconscientes, mas esses elementos não são sua causa, a qual frequentemente não é distinguível das causas socioeconômicas (EPa, p.397). Assim, Adorno cuida de afastar o aspecto “psicologizante” das pesquisas, como se tratasse de um problema educacional ou clínico, sem relação com a “estrutura básica da sociedade” (*Grundstruktur der Gesellschaft*), como a estrutura da propriedade, dos meios de comunicação de massa e da família (EPa, p. 339-40, 359, 482 e 594).

De fato, explicações psicológicas despreparam os cidadãos para reconhecer a normalidade dos movimentos de extrema direita (Paxton, 2007, p. 95). O autoritarismo não é um problema de ordem inconsciente, nem cognitiva, mas política, ainda que latente. Nesse sentido, Adorno critica a tentativa de reduzir a sociologia à psicanálise, e vice-versa (PR, p. 129-33). Apesar de alguns intérpretes ressaltarem a persistência das categorias psicanalíticas (*cf.* Costa, 2018), ele se distancia de Reich e Fromm por deixar de atribuir às estruturas de personalidade a causa das tendências homogeneizantes – em vez do clima cultural – e os conteúdos motivacionais – em vez da forma de incorporação desses conteúdos (Rouanet, 2001, p. 74-8, 178-9 e 189). Queixa-se de ser interpretado como se explicasse psicologicamente o fascismo, preferindo chamar sua abordagem de “antropologia cultural” (SLCs, p. 58; ObPA, p. 362). A “personalidade autoritária” é compreendida como uma forma de pensar e orientar as opiniões sobre o indivíduo e a sociedade, a qual atende a um propósito de vida dentro de um “clima cultural”, consistente “não apenas em fatores externos brutos, como condições econômicas e sociais, mas em opiniões, ideias, atitudes e comportamentos...” (EPa, p. 530-1).

Assim, Adorno rejeita a abordagem de “confinamento monadológico” no indivíduo, ressaltando que o fascismo “não é um problema psicológico” (TfPf, p. 157 e 185), mas das estruturas básicas da sociedade, nas quais a motivação é sistematicamente controlada e absorvida pelos mecanismos sociais que são dirigidos a partir de cima (TfPF, p. 186). A análise da propaganda fascista seria o contrário da autorreflexão psicanalítica, pela regressão da independência do indivíduo à mera adaptação social (ObPA p. 352-5).

1.3 A abordagem culturalista

Uma abordagem distinta sobre fascismo toma-o como movimento intelectual e cultural ligado a um passado mítico, racismo, família patriarcal, heteronormatividade ou religião cristã (por exemplo, *cf.* Sternhell, 1994 p. 3; Griffin, 1991, p. 26-7 e 48; Stanley, 2020, p. 19). Não está correto maltratar o conservadorismo como se fosse a origem de movimentos reacionários de massa. Adorno distingue entre conservadores e “pseudoconservadores”. Entre aspas, explica ele, porque é muito difícil separar o genuíno da imitação em termos de ideologia, o que depende muito mais de situações críticas nas quais a pessoa tem que decidir sobre suas ações do que de uma imagem de mundo (EPa, p. 394 e 551). Em termos de organização, eficiência e tecnologia, o autoritário possui muitos aspectos “progressistas” (EPa, p. 345-7 e 351-4). O pseudoconservadorismo caracteriza-se por uma perfeição extraordinária dos meios, como propaganda, forças de produção e administração centralizada, combinada com a abstrusidade dos fins perseguidos com esses meios (AnR, p. 23). Pseudoconservadores se servem, ao mesmo tempo, de mitos irracionistas e de procedimentos racionais manipulatórios.

De modo análogo, Adorno distingue o inculto do “semiculto” ou “semiformado”. Apenas este converte as palavras em um sistema estereotipado e tenta dar um sentido autoritário e único a um mundo que não compreende, difamando os que buscam teorias e experiências, em lugar das estruturas sociais que o excluem. Apenas o semiculto é um anti-intelectualista e projeta seu descontentamento social sobre aqueles que denunciam os problemas sociais, em vez de sobre os problemas sociais em si mesmos, os quais servem apenas como um pretexto (ICP, p. 222).

Por isso, mostra-se muito pouco produtivo fazer crítica do conteúdo de obras ou pronunciamentos fascistas, porque isso supõe que eles contenham algum argumento. Para angariar as massas aos propósitos regressivos, desviam-se de argumentos racionais. Seu objetivo não é apresentar ideias e argumentos, mas causar desinformação. Suas afirmações não visam à verdade ou à consistência interna, mas instigar certas estruturas psicológicas formais, para delas se servirem. Seu pensamento distancia-se dos problemas materiais, para se concentrar nas frustrações sociais, incertezas morais e desilusões emocionais (TfPF, p. 155). A pretensão de seus atos de fala não é serem levados a sério, mas insinuarem o uso da força bruta, além de medirem até onde conseguem que o público engula suas insinuações como promessas de poder. As disposições psicológicas que desejam incutir são algo inteiramente distinto do que se apresenta em suas especulações e declarações. Por trás do fraseado vazio dos fascistas está apenas “o timbre da ameaça ou a promessa de uma parte do saque” (TbS, p. 191; *cf.* APf, p. 138).

Mesmo quando os movimentos reacionários de massa invocam valores específicos e são acompanhados de programas e doutrinas, nunca se preocupam em se embasar ou formar uma tradição intelectual. Seus valores básicos fazem-se passar por outra coisa, por praticamente tudo, porque perdem qualquer interpretação universalizante. A teorização é abominada. Seu desprezo pelo intelecto é tamanho que jamais se dão o trabalho de justificar suas constantes contradições (*cf.* Fromm, 1968[1941], p. 176; Löwenthal, 2017[1949], p. 45 e 99; Paxton, 2007, p. 38-44, 75-6 e 351). Na prática, depois de tomarem o poder político, os movimentos fascistas costumam eliminar os adeptos do controle cultural sobre a economia (Paxton, 2007, p. 242-3).

Erra, portanto, quem atribui o pensamento autoritário à ignorância, estupidez ou imaturidade intelectual dos indivíduos, na medida em que ele atinge parte considerável da população dita esclarecida e bloqueia sua capacidade mesma de pensar e de aprender. A fim de não minar a identificação entre amigos e inimigos, os autoritários, consciente ou inconscientemente, não querem conhecer mais sobre os temas que abordam, estando prontos a aceitar quaisquer informações superficiais ou distorcidas, desde que confirmem seus estereótipos (EPa, p.352-3). As conclusões dos estudos de Adorno fazem descartar o otimismo com efeitos profiláticos do aprendizado com a alteridade. Não se pode corrigir o pensamento autoritário pela experiência, porque antes é preciso reconstituir a capacidade de ter experiências (EPa, p. 264).

2 A estrutura formal do fascismo

A resposta dos estudos de Adorno sobre personalidade é que o autoritarismo é um modo de pensar que culpa os outros por todos os males, de modo a “penetrar na escuridão da realidade como um holofote, permitindo uma orientação rápida e abrangente” (EPa, p. 266). Por mais obscuras, as ideias autoritárias conduzem a um estreitamento bem-afortunado, um foco súbito capaz de iluminar o segredo da infelicidade pessoal.

Esse modo de pensar desempenha, ao menos, três importantes funções. Sua função existencial é aliviar o sentimento de culpa decorrente da situação social precária, atribuindo-a a um “culpado” (EPa, p. 535-8). Sua função na “economia psíquica” está no tratamento das “questões sociais para além do alcance das experiências mais imediatas”. É um pensamento que resulta da confusão generalizada, da alienação intelectual do indivíduo em relação à sociedade. “Essa alienação é experienciada pelo indivíduo como desorientação, concomitante ao medo e à incerteza” (EPa, p. 266, 345 e 355). Sua função política é estabelecer “difusa e semiconscientemente... uma ditadura do grupo economicamente mais forte” (EPa, p. 399). Tal conteúdo político pode ser chamado, com Adorno, de

“culto do existente”, porque poderes são contestados para conservar a dominação existente. O radicalismo associa-se ao culto de um poder diante do qual nada resta ao indivíduo senão a submissão – como lei natural, escolha trágica, vontade divina (APf, p. 149). A ideologia autoritária é um dispositivo para superar a desorientação e a incompreensibilidade do mundo, o qual prontifica as pessoas a se identificarem com os dominantes e a agirem de modo racista, homofóbico, xenofóbico etc. (EPa, p. 246 e 266).

Não caçar errado: o fascismo não pode ser explicado como um movimento classista, nem como um tipo de personalidade, nem como um movimento cultural ou intelectual, ainda que congrege essas dimensões. Trata-se de uma forma de pensamento e linguagem, consciente ou inconsciente, simultaneamente de grupos diretamente beneficiados ou indiretamente dominados, mobilizada por movimentos políticos para retirar do cotidiano as constrições da razão para o rearticular segundo três “orientações”: (2.1) o inimigo escolhido, (2.2) a suspeita vazia e (2.3) a corrupção geral.

2.1 O inimigo escolhido

A personalidade autoritária caracteriza-se, segundo Adorno, pela confusão e pela estereotipia. A estereotipia serve como “orientação” para a confusão – que é provocada pela opacidade da sociedade, pela carência intelectual e pelo incessante ataque de desinformação pelos meios de comunicação de massa (EPa, p. 345-7, 351-4 e 458). Eis o principal dispositivo da personalidade autoritária. Trata-se de uma relação com a natureza, com os outros e consigo mesmo (com o mundo objetivo, social e subjetivo) baseada em uma dicotomia rígida, amigos e inimigos, *ingroups* e *outgroups*, fortes e fracos (EPa, p. 267, 275 e 356). A estereotipia é esse pensamento em blocos de significados prontos: ideias claras e simples, nós e eles, bons e maus. A relação com o outro é sempre determinada por um “inimigo escolhido” (EPa, p. 255 e 294). A função desse inimigo na economia psíquica é servir como “chave de tudo” (EPa, p. 267 e 283).

As características desse inimigo podem ser analisadas em (a) formalidade, (b) pervasividade, (c) personalização e (d) desproporcionalidade.

(a) Formalidade: o inimigo não tem um conteúdo específico necessário, seja religioso, étnico, classista etc. Um dos achados mais importantes das pesquisas sobre a personalidade autoritária foi que alguém hostil contra um grupo de minorias tem grande probabilidade de ser hostil contra uma grande variedade de outros grupos, sem qualquer base racional para essa generalização (EPa, p. 86 e 306; mais recentemente, *cf.* Mudde, 2019, p. 44-5). As pesquisas gradualmente deixaram, por isso, de se centrar no antissemitismo para cobrir todos os preconceitos antiminorias (EPa, p. 239). Mesmo

de uma perspectiva histórica, é incorreto associar o fascismo com um antissemitismo ou racismo exacerbado. A mobilização foi sempre contra um inimigo, cuja identidade foi fornecida por cada cultura nacional (Paxton, 2007, p. 24-5, 45 n. 84, 72 e 287; Sternhell, 1994, p. 15; Griffin, 1991, p. 48). Se os mitos racistas e antissemitas se desgastaram em alguns lugares, a demonização de estrangeiros ou do comunismo continuaram eficazes. O pensamento autoritário está apenas superficialmente relacionado, muitas vezes nem isso, com um objeto. Ele transfere muito facilmente seus preconceitos de um grupo para outro. Pode ser direcionado contra judeus, negros, esquerdistas ou burocratas, dependendo apenas das circunstâncias (EPa, p. 254, 266 e 415-6). As vítimas são facilmente intercambiáveis. “Personalidades com tendências autoritárias identificam-se ao poder enquanto tal, independente de seu conteúdo” (OsP, p. 37). Os preconceitos não são decisivos, servindo antes como meio de identificação fácil com o grupo ao qual o indivíduo pertence ou deseja pertencer (EPa, p. 539). Por isso, conclui Adorno: “é preciso buscar as raízes nos perseguidores e não nas vítimas, assassinadas sob pretextos mais mesquinhos” (EPa, p. 121).

Anos depois dos estudos nos Estados Unidos, após líderes de movimentos alemães de extrema direita se unirem para formar o Partido Nacional Democrático, que alcançou patamar para representação na maioria dos parlamentos estaduais, Adorno traçou um panorama da persistência desses movimentos, destacando que o autoritarismo não é um problema psicológico ou ideológico, mas sim político. Ele retoma, então, as estratégias de apelo e reforço da personalidade autoritária (AnR, p. 23, 41-2 e 54). A ideia chave dessas estratégias é afastar o conteúdo racional da política, com vistas a transformá-la em pura propaganda. A irracionalidade aplicada racionalmente, para fins de dominação, torna-se o conteúdo último da política (AnR, p. 24; cf. APf, p. 140-3).

A primeira estratégia da extrema-direita, enfileira Adorno, é atacar fantasmas. Ela cria inimigos a partir de conceitos elásticos e sem referência a movimentos políticos concretos, como o “comunismo” (APf, p. 143). Efetivamente, para o pensamento autoritário, o inimigo nada mais é do que uma tautologia, uma repetição forçada e sem conteúdo convertida em conceito. Ele é a trivialização ridícula de uma representação magnífica: um conceito que excede tudo na superfície, porque tudo o que nele é excessivo está investido de um vazio de conteúdo. A figura do aliado é apenas o outro lado do inimigo escolhido, também uma tautologia: cristão porque cristão, liberal porque liberal etc. A maioria esmagadora dos pronunciamentos dos agitadores fascistas é direcionada *ad hominem*. A repetição funciona largamente para confirmação da estereotipia. O “anticomunismo” serve para que a propaganda fascista não se dê o trabalho de discutir qualquer questão real (EPa, p. 475-6 e Tfpf, p. 153).

Os movimentos políticos extremistas não devem ser menosprezados por seu baixo nível intelectual, sua ausência de teorias e programas explícitos. Isso é precisamente sua força, ressalta Adorno. Qualquer teoria ou programa explícito serviria como limite à arbitrariedade política impiedosa (APf, p. 141; AnR, p. 22-3). Independentemente de teorias e programas, o líder e os agitadores fascistas podem se afirmar como porta-vozes da sociedade, porque abordam o descontentamento geral sem mediações, enquanto seus adversários se ocupam com problemas concretos e complicados como habitação, desemprego, sistema de impostos e interesses setoriais. Eles sabem explorar uma pepita não refinada de ignorância pré-histórica. Uma vez que “o interesse da nação está em seu coração”, podem estigmatizar os outros por causa de seus interesses aparentemente materialistas. Adorno designa essa atitude de “idealismo vulgar”, para se referir à tática de transformar ideais e valores praticamente em seu contrário. Esses deixam de ter validade enquanto verdadeiros ou corretos, por causa de seu conteúdo objetivo, mas por um motivo meramente emotivo, independente do conteúdo (AnR, p. 47-8).

Destaco na estrutura formal da personalidade autoritária que ela pode se manifestar não somente como um ódio fanático, mas também como uma indiferença manipuladora – tanto como um *pogrom*, quanto como uma câmara de gás. Não se deve circunscrever o pensamento autoritário à política de ódio. Há pessoas que sequer precisam odiar seus inimigos, percebe Adorno. Elas “lidam” com eles por medidas legais e administrativas (EPa, p. 562). Exceto por alguns momentos de opiniões ou ações tresloucadas, as pessoas passam a maior parte do tempo com sua personalidade, por assim dizer, suspensa. Nem orgulhosas, nem envergonhadas, executam tarefas desapaixonadas. A crítica ao discurso de ódio deixa nas sombras essa vasta área da reprodução de relações arbitrárias que transcorre em um campo bem conhecido, mas cinzento, sem nada notável, mais difícil de ser descrito.

Até a origem do ódio ao inimigo pode ser formal. Às vezes os autoritários parecem sofrer do desligamento de sentimentos altruístas, da insensibilidade típica dos sociopatas. Quando xingam minorias, invocam sua opressão, sufocam suas vozes, não são capazes de imaginar os efeitos de seus atos. A curva ascendente de sua excitação não é prejudicada pela ideia da dor de suas vítimas. Ou... talvez essa caracterização esteja errada. A nós é que falta sensibilidade. Os autoritários conhecem suficientemente bem o estado mental de suas vítimas. Eles mergulham no sofrimento delas e se excitam com isso – e esse triunfo da sensação faz sua libido atingir o nível supremo do ódio. Difícil saber qual das duas hipóteses é a pior, ou se ambas são verdadeiras, conforme o caso. Mas é possível saber algo: não é preciso nem uma nem outra, desde que não reflitam sobre suas vítimas. As vítimas são estereótipos.

(b) Pervasividade: por ser uma estrutura formal, a estereotipia é socialmente pervasiva. Um inimigo abstrato pode ser atacado em diferentes níveis e para diferentes públicos, conforme suas estereotipias próprias: o estrangeiro, o criminoso, o antiliberal, o anticristão, o biologicamente inferior. A estereotipia “é tão fortemente apoiada por noções preconcebidas que se infiltra facilmente na opinião de pessoas de quem isso dificilmente seria esperado” (EPa, p. 441).

Não se trata de uma exclusividade das classes dominantes da sociedade. Mesmo os que sofrem opressão por serem membros de minorias frequentemente tendem a transferir essa pressão social para outros grupos minoritários, em vez de darem as mãos ao próximo (EPa, p. 254). Assim, a dicotomia entre amigo e inimigo é muitas vezes projetada para dentro dos grupos excluídos, o que mostra que dividir tudo em dois é um forte dispositivo de internalização do pensamento autoritário por esses grupos. Historicamente, a criação de “duas categorias” permitiu a perseguição das minorias grupo por grupo, sendo eliminado a cada vez o inimigo escolhido. “É um elemento estrutural da perseguição a grupos minoritários que ela comece com segmentos do grupo e continue seguindo adiante sem ser interrompida” (EPa, p. 275-8).

(c) Personalização: a contraparte à falta de conteúdo específico do inimigo é sua hipostasiação imediata em determinadas pessoas. Essa expressão do dispositivo de “orientação” do pensamento e linguagem é a tendência a descrever processos sociais, econômicos e políticos objetivos em termos de pessoas bem identificadas, ou seja, de personalizar padrões sociais impessoais. De fato, usam-se das figuras religiosas do messias e do bode expiatório. A maioria dos discursos e da propaganda fascista exprime a oferta de um sacrifício: “o assassinato sacramental do inimigo escolhido” (APf, p. 150). Assim, toda injustiça econômica pode ser descarregada em um grupo determinado, como contra os judeus (DE, p. 144). Há nesse processo uma dupla perda da experiência do mundo. A estereotipia perde o “concreto” ao se satisfazer com divisões pré-concebidas, rígidas e sobregeneralizadas. E a personalização perde o “abstrato”, ao evitar a consciência sobre as dinâmicas sociais, econômicas e políticas que operam anonimamente para todas as pessoas (EPa, p. 358-9). Mesmo quando o agitador fascista ataca o capitalismo, não o faz como modo de produção, mas como um grupo de indivíduos. Em vez de penetrar na coisa, o pensamento inteiro se põe desesperadamente contra determinado particular (DE, p. 160).

Particularmente ilustrativa é a tendência de grande parcela da população de empurrar a culpa de seu (possível) rebaixamento de classe – receio que atinge especialmente as classes médias –, para os que se posicionam criticamente em relação ao capitalismo – que são chamados de “comunistas” ou “intelectuais de esquerda”, mesmo que não passem de liberais keynesianos, por exemplo –, em vez de ao aparato econômico responsável pelo rebaixamento (AnR, p. 10). A estratégia dos

movimentos de extrema direita é alimentar o ódio contra todos que conservam liberdade de espírito e são imunes a técnicas de poder sem conteúdo teórico (AnR, p. 32). A hostilidade aos intelectuais provém do fato de que seu poder não depende da força militar ou econômica, mas do conhecimento, e de que o uso livre da razão tem possíveis consequências explosivas para o poder existente. “Mais uma vez, como na era da transição do feudalismo para a sociedade burguesa, saber demais assumiu um toque subversivo...” (EPa, p. 352).

Outra expressão drástica do dispositivo de orientação pela estereotipia é que as pessoas são criticadas ou elogiadas porque “são” isso ou aquilo, não porque defendem isso ou aquilo ou agem assim ou assado (EPa, p. 407 e 530). A personalização das ações e argumentos vem associada à suposição, comum entre indivíduos autoritários, de serem capazes de distinguir à primeira vista o inimigo do amigo (EPa, p. 273 e 366-7). A conservação de falsos polos exige essa imagem de mundo em que estão presentes sujeitos metafísicos fortes, os quais orientam toda relação com o outro.

(d) Desproporcionalidade: para além de padrões infantis e primitivos de pensamento, que enfraquecem a individualidade autônoma (dicotomia, repetição e personalização), o caráter de inimigo fica evidente na desproporcionalidade dos sentimentos de medo e ódio – seja entre a fraqueza do grupo estereotipado e sua onipresença imaginada, seja entre a acusação ao grupo e a punição defendida (EPa, p. 255). No primeiro caso, a força atribuída desproporcionalmente a grupos fracos ou minoritários serve para autorizar a conclusão de que todo tipo de reação está permitido. No segundo caso, há uma transição de acusações frágeis ou pouco significativas para as sugestões de tipos mais cruéis de tratamento (EPa, p. 293-4). Em relação às violências já cometidas, o autoritário geralmente se consola argumentando que fatos tão graves só poderiam ocorrer porque as vítimas deram algum motivo para tanto. Esse vago “algum motivo” esconde novamente a desproporcionalidade da maldade praticada, “o equívoco gritante existente na relação entre uma culpa altamente fictícia e um castigo altamente real” (OsP, p. 31).

Desfraldando esses elementos, o autoritarismo é uma estrutura formal de pensamento e de linguagem fundada na ideia de “inimigo escolhido” – estrutura da qual fazem parte a falta de conteúdo, a pervasividade, a personalização e a desproporcionalidade.

Note-se que mesmo estereótipos progressistas não impedem a perda progressiva da experiência e a transformação de seus adeptos em inimigos da diferença. Elas servem também para afastar os indivíduos das estruturas de poder da qual resultam decisões progressistas. A formação de um pensamento e uma linguagem não-autoritários depende de enfrentar as condições materiais, culturais e ideias por trás dessa constante escolha de inimigos. Um desses pressupostos é reconhecer, com Adorno, que a “elite socialmente responsável” é muito mais difícil de ser fixada que outras

minorias, dentro do nevoeiro das relações de propriedade, disposição e gerenciamento, furtando-se à determinação teórica. Uma elite classista aparece, hoje, como uma racial ou de gênero, apenas como diferença abstrata diante de uma maioria heterogênea da sociedade (DE, p. 171).

2.2 A suspeita vazia

Se é preciso um inimigo constante, ele deve ser secreto. A lógica de um inimigo sem conteúdo específico é também a lógica da suspeita vazia. Essa é a segunda “orientação” do pensamento e da linguagem autoritária, que aproxima o autoritário do paranoico (EPa, p. 294) A política vista sob a propaganda e a retórica do inimigo escolhido é uma forma de mentira que o autoritário não sabe ser mentira. Auschwitz, extermínios, ditadura militar deixam de ser fatos históricos e objetos de discussões teóricas e práticas, para se tornarem meras crenças ou opiniões. A atitude de suspeita vazia serve como reforço necessário à ideia do inimigo, para o qual usam-se os recursos formais ou retóricos das (a) meias-verdades, (b) segredos, (c) semelhanças, (d) autoprojeções e (e) idiossincrasia.

(a) Meias-verdades: uma das estratégias mais efetivas para a criação de suspeitas vazias é o que Adorno denomina “método-salame”. O uso de afirmações e críticas que poderiam até ser verdadeiras, mas que são distorcidas, isoladas ou retiradas de contexto, isto é, cortadas de um todo, com a finalidade de defender grandes falsidades (AnR, p. 39; cf. EPa, p. 435). Um exemplo entre os neonazistas alemães é questionar o número de judeus assassinados: “não foram seis milhões, mas cinco milhões e meio!” A finalidade dessas meias-verdades é colocar sob suspeita que as vítimas tenham sido brutalmente assassinadas e sugerir que afinal foi o contrário (AnR, p. 45). Quem afirma “que o acontecido não foi tão grave assim já está defendendo o que ocorreu, e sem dúvida seria capaz de assistir ou colaborar se tudo acontecesse de novo” (EaA, p. 136).

(b) Segredos: a linguagem autoritária também usa insinuações mais ou menos enigmáticas que revelam um orgulho de ter supostamente resolvido um enigma da humanidade. Por meio de insinuações, menciona-se o que se nega mencionar. Esse caráter secreto do inimigo é um tipo de segurança que “lança seu feitiço sobre aqueles que se sentem inseguros”. E o ceticismo e incredulidade diante de evidências confere um ar de cientificidade, que mascara o desconhecimento sobre questões objetivas. Além de aliviar psicologicamente a confusão, o segredo reforça a culpa do inimigo. Quanto mais ele se mantiver “por trás” dos acontecimentos e “puro” da contaminação contra a perturbação do fracasso, erro e experiência do diferente, tanto mais ele consegue manter a rigidez mental do dualismo (EPa, p. 266-7 e 357-8).

(c) Semelhanças: a criação de falsos polos exige uma extraordinária capacidade de colocar muitas coisas juntas. Quanto mais primitiva é a estereotipia, mais atraente ela fica, porque reduz mais e mais o complicado ao elementar. Essa é a função psicológica e política dos clichês e das repetições. O slogan repetido *ad nauseam* nas mídias de massa encobre a falta de informações com simples redundâncias (EPa, p. 267; APf, p. 147). A redundância é um cacoete importante, porque ela interdita o espaço de reflexão que acompanha a apreensão de algo. Todo dado precisa ser incorporado à estereotipia.

A lógica do pensamento autoritário é de uma “natureza arcaica muito mais próxima de transições associativas do que de inferências discursivas” (EPa, p. 294). A relação entre premissas e inferências é substituída por associações logicamente desconexas (APf, p. 143). A excessiva coerência pretendida por essas associações é o sinal da sua falta completa de coerência. Lutar contra o “sistema” é irresistível, pois ele não pode ser sistematizado. Não se constrói um pensamento, senão se mergulha em uma corrente de estereótipos, cuja consistência de ferro é garantida pelo inimigo escolhido.

Em vez de elaborar intelectualmente o fracasso de certa pretensão de validade contido na ação ou enunciado, o pensamento autoritário exige que o sujeito confuso se aferre ao que o levou ao fracasso (EPa, p. 357-8; APf, p. 143). Se alguém ousa pensar por si e denunciar uma falsidade ou contradição na propaganda fascista, este então se torna um inimigo. É acusado de calar a liberdade de expressão, de atacar a cristandade ou a revolução. A regra geral da repressão coletiva é a intolerância contra qualquer desacordo. Ao cobrarem “lealdade”, os movimentos autoritários não querem dedicação, honestidade, solidariedade, mas sim a identificação completa e incondicional com o grupo. Esperam que o sujeito deixe de ser indivíduo e se entregue totalmente (AnR, p. 58). Quem tem uma outra opinião não merece ser apenas expulso, senão sujeito às mais duras sanções. A noção de traidor remete à quebra de um juramento mítico, associado à conspiração contra a comunidade. A “traição” serve para esconder possíveis interesses de negação, rejeição e revolta, como marca de um espírito policialesco contra tudo o que vai contra certa forma de pensamento (NmTP, p. 208).

(d) Autoprojeções: quem é escolhido para inimigo precisa ser percebido como um inimigo. Isso requer que os sujeitos percam a capacidade de discernir o que provém deles próprios e o que é alheio, ou seja, a capacidade de discernir o que é diferente deles próprios. Em vez de o exterior se tornar algo ao qual o interior se adequa, para que o estrangeiro se torne familiar, o interior é projetado no exterior, para que o interior se torne exterior, e o familiar se torne estrangeiro. As fantasias atribuídas aos inimigos (como infanticídios, envenenamentos, estupros, conspirações) definem bem o desejo projetado do autoritário. Ele dota ilimitadamente o mundo exterior de tudo o que está nele

mesmo e que ele não consegue controlar. A voz do outro passa a obedecer, como argila, a desejos fabulatórios. Os impulsos que o sujeito não admite como seus e que, no entanto, lhe pertencem são atribuídos à vítima em potencial. “Ao invés de ouvir a voz da consciência moral, ele ouve vozes; ao invés de entrar em si mesmo, para fazer o exame de sua própria cobiça de poder, ele atribui a outros os ‘Protocolos dos Sábios de Sião’”. A patologia dessa forma de pensamento não está exatamente em projetar seus desejos no outro, mas em não conseguir mais distinguir o que recebe do exterior e o que está em seu interior, projetando todas suas categorias subjetivas em amigos e inimigos (DE, p. 156).

(e) *Idiosincrasia*: é fácil compreender, por fim, outra das velhas estratégias fascistas perante o constante fracasso epistêmico de suas declarações, a saber, o apelo ao particularismo de sua própria forma de pensar autoritária. Ao mesmo tempo em que arroga ser idiosincrático e não precisar de ninguém, exige que todos se ponham a seu serviço. Todo o exterior precisa ser incorporado em seu sistema. Nada pode o contradizer. São sistemas sem lacunas, escreve Adorno. A suposta idiosincrasia auxilia no reforço a instintos de autoconservação que escapem ao controle da consciência (DE, p. 160).

Reduzindo esse caldo, a suspeita vazia induz à obsessão de pensar que os aspectos do mundo, as vozes, as palavras não têm o sentido que parecem ter, mas sim falam em segredo. A regra é simples: suspeitar, suspeitar sempre. Não existe método mais abstrato do que duvidar por duvidar. Essa suspeita vazia serve para conservar e reforçar a dicotomia escolhida entre amigos e inimigos. Não se quer uma história apreensível por documentos, evidências ou testemunhas, mas uma que eles ocultam e que pode ser revelada tão logo seja revelado o inimigo – não em virtude de fatos e argumentos, mas de meias-verdades, segredos, semelhanças, autoprojeções e idiosincrasias.

2.3 A corrupção geral

O segredo deve ser tal que, se fosse conhecido, acabaria com as frustrações. A distorção da capacidade de refletir e aprender tem causa na necessidade de saturar o mundo com categorias que evitam a frustração. A identificação do inimigo é sentida como salvação pessoal.

Adorno explica esse elemento de salvação pessoal por meio da contradição entre o indivíduo econômico abstrato e o coletivo político essencialista. Porque o capitalismo reproduz uma concepção abstrata das pessoas, enquanto indivíduos isolados, empreendedores de si, capital de si mesmos, elas precisam se submeter a um coletivo essencialista para compensar o enfraquecimento econômico dessa identidade (ND, p. 277-8). Elas precisam impor-se a disciplina de identificação de amigos e inimigos, a fim de evitar o sentimento de fracasso econômico e uma quebra psicológica (EPa, p. 550). Daí o

virulento nacionalismo (seja de variante racial, étnica, religiosa ou cultural) que caracteriza, sem distinções, os movimentos radicais de direita.

Da mesma forma, a imagem do líder autoritário serve para o engrandecimento do sujeito, como uma projeção idealizada de si mesmo, em meio ao seu declínio social: “como cada vez menos se depende realmente da espontaneidade individual em nossa organização política e social, mais as pessoas tendem a se apegar à ideia de que o homem é tudo e a buscar um substituto para sua própria impotência social na suposta onipotência de grandes personalidades” (EPa, p. 370). Ao fazer do líder seu ideal, o indivíduo “se livra das manchas de frustração e mal-estar que desfiguram a imagem de seu próprio eu empírico” (TfPf, p. 168-9). O ganho narcísico dessa forma de pensamento é evidente. Ela sugere continuamente que o membro do coletivo é melhor, superior e mais puro que o excluído do coletivo (TfPf, p. 177). Por isso, o líder precisa assumir a imagem de super-herói e vítima, de “pequeno grande homem” ou “união de King Kong e barbeiro suburbano”, nos termos de Adorno. O líder mistura a imagem de onipotência e de homem do povo, violência e diversão, não corrompido pela riqueza material ou espiritual. Todos os discursos culminam nas qualificações de líder, em detrimento dos temas públicos. Essa imagem satisfaz o desejo do seguidor de ser ele mesmo uma autoridade sádica, na medida em que ele se submeta quase masoquisticamente à autoridade do líder (TfPf, p. 171-2).

O uso autoritário da identidade coletiva caracteriza-se pelo (a) antiuniversalismo; (b) antidemocratismo e (c) destrutividade.

(a) Antiuniversalismo: todos os movimentos fascistas empregam valores tradicionais, mas lhes atribuem um significado geralmente diferente do tradicional, anti-humanista. Seu objetivo é instalar o reino da força. Para libertar a lei do mais forte na política, libertam-se as vantagens arbitrárias em toda população. A tendência de pisar nos de baixo precisa se manifestar de forma tão explícita quanto o ódio contra os de fora (TfPf, p. 173). Em nome dos valores tradicionais, o “pseudoconservador” visa, consciente ou inconscientemente, sua abolição, para que prevaleça a lei do mais forte (EPa, p. 381).

Para isso serve a “tática do oficialismo” dos movimentos e partidos de extrema-direita. Eles invocam símbolos ou nomenclaturas como se estivessem cobertos de uma posição oficial, mas buscam apenas monopolizar símbolos nacionais e criar inimigos internos (AnR, p. 46). Da mesma forma, a “democracia” é invocada para ir contra as estruturas e princípios democráticos, como a defesa de um partido centralizado e fechado, a extinção de instrumentos de apuração fidedigna dos votos etc. (cf. AnR, p. 39-40).

(b) Antidemocratismo: a ideologia fascista em seus diferentes contextos concentra suas ideias destrutivas no eixo da igualdade democrática (DIM, p. 424). Por que os autoritários de direita, que tanto acusam os programas sociais como uma forma de ditadura, não os endossam e se sentem felizes? Adorno elenca três razões. Primeiro, porque eles não se consideram beneficiários desses programas, mesmo que se beneficiem diretamente deles, o que demonstraria o que não querem admitir: que o capitalismo não oferece mais uma base econômica para a distinção entre classes médias e pobres. Segundo, porque os programas não se encaixam no seu ideal de ditadura, que é marcado por uma imagem de força real pelo apoio dos grupos econômicos mais poderosos. Terceiro, porque o poder não está nas mãos das “pessoas certas”: as pessoas que estão no comando dos meios de produção ou do aparelho repressivo do Estado, em vez das pessoas que devem essa posição a procedimentos políticos formais. A revolução fascista é a troca súbita e violenta das posições mais elevadas pelas “pessoas certas” (EPa, p. 400-1).

Procedimentos democráticos, programas sociais e sindicalismo são todos a mesma coisa: o governo daqueles que são fracos e que não devem governar (EPa, p. 455). Do mesmo tipo de “orientação” não está isenta, porém, certa esquerda antiliberal. A falta, nas democracias formais, de garantias a necessidades elementares da maior parte da população cria um ressentimento também nos “pseudosocialistas”, escreve Adorno. Eles desviam a contradição entre democracia e capitalismo em desfavor da democracia. “Por não cumprir o que promete, eles a consideram uma ‘fraude’ e estão prontos para trocá-la por um sistema que sacrifique todas as reivindicações à dignidade humana e à justiça...” Em qualquer dos casos, o ressentimento contra o estado de coisas não é dirigido contra a contradição entre desigualdade econômica e igualdade política formal, mas contra a democracia. “Em vez de tentar dar a essa forma seu conteúdo adequado, querem acabar com a própria forma da democracia e transferir o controle direto para aqueles que consideram, de qualquer maneira, os mais poderosos” (EPa, p. 386).

(c) Destrutividade: a expressão mais acabada da ideia de corrupção geral da sociedade expressa-se no que Adorno denomina de “antecipação do susto”. Como um crítico da sociedade moderna, o agitador fascista denuncia hiperbolicamente corrupção, crise e catástrofe. Todavia, jamais o faz por apelo à mudança das estruturas sociais para formas menos opressivas, mas como uma forma de realização da catástrofe a partir de um vago “acabar com essa bagunça” e “retorno aos bons velhos tempos”. Os programas atacam inimigos, a suspeita é vazia, porque sua promessa é a destruição. O alerta de caos adquire um tom de promessa. A catástrofe, que poderia servir como impulso para confrontação dos perigos reais, é vivenciada como solução. Efetivamente, para quem quer evitar

qualquer mudança substancial das estruturas básicas da sociedade só resta desejar a destruição dessa sociedade (AnR, p. 10).

Conclusão

Não há como forçar alguém a perceber algo. A angústia gerada pela impotência econômica no capitalismo e o furo na consistência das fantasias de hierarquia impedem novas experiências. Junto delas há, porém, a desorientação e a estereotipia. A grande descoberta de Adorno foi, como visto, que a “personalidade autoritária” consiste em uma forma de pensar e orientar as opiniões sobre o indivíduo e a sociedade. Em lugar da dupla determinação econômica e ideológica, a estrutura de personalidade define as modalidades através das quais padrões econômicos e ideológicos são internalizados. A ciência política contemporânea também sugere prestar atenção às “molduras” (*frames*) nas quais os tópicos políticos são apresentados (*cf.* Mudde, 2019, p. 107-11).

Sem pau, nem pedra, a filosofia pode recorrer às estratégias de Adorno contra o fascismo dentro do campo do pensamento e da linguagem política. As estratégias sugeridas são (a) a conscientização sobre a propaganda fascista, (b) uma linguagem pragmática e (c) a recaptura dos elementos de emancipação da cultura democrática.

(a) A primeira estratégia contra o pensamento autoritário é tornar conscientes os mecanismos que provocam confusão e estereotipia. Esse é um programa de ação democrática voltado ao esclarecimento racional, para “aumentar aquele tipo de autoconsciência e de autodeterminação que torna qualquer tipo de manipulação impossível” (EPa, p. 89). Com isso, renuncia-se a qualquer tentativa de influenciar massas e grupos por meios emotivos e irracionais, emulando meios de propaganda e cálculos psicotécnicos contra a ameaça autoritária (DIM, p. 421). A primeira estratégia é desmascarar a desorientação do pensamento explorada pela propaganda extremista, a fim de reforçar psicologicamente o indivíduo autônomo (APf, p. 147).

(b) A segunda, continua Adorno, é confessar que não basta lançar mão de simples ideias, como liberdade, justiça ou humanidade, cuja conformação abstrata não significa grande coisa para a maioria das pessoas. O potencial fascista apoia-se em interesses, por mais limitados que sejam, de modo que o antídoto mais eficaz permanece sendo atentar aos interesses das pessoas, sobretudo os mais imediatos (OsP, p. 48-9). Enfrentar o bolo de desinformações mal digeridas com ideais seria um utopismo quixotesco. É mais eficiente concentrar-se em uma justificação mais simples e, até certo ponto, utilitarista presente na linguagem do dia a dia. Um regime autoritário representa sofrimento, miséria, destruição. A esperança de contrariar a propaganda fascista está em ressaltar as implicações

destrutivas desses movimentos. Não é prudente ignorar a linguagem do indivíduo autointeressado, a qual faz surtir mais efeito em geral do que remeter a ideais da razão ou mesmo ao sofrimento de outros (OsP, p. 49; APf, p. 152).

(c) A terceira estratégia decorre da percepção de que parte dos limites da subversão fascista estão nas opiniões, ideias e atitudes que resultam de certo clima cultural (EPa, p. 531; DIM, p. 423 e 429; EaA, p. 123) – o que Habermas posteriormente chamará de esfera pública (cf. Habermas, 1981, p. 478; Gordon, 2018, p. 69 ss.). Adorno constatava que as restrições à propaganda fascista estadunidense eram, nos meados do século XX, muito maiores do que as europeias, em razão de certos tabus da cultura liberal, como o tabu de não ser tratado como um idiota por interesses políticos (APf, p. 141; DIM, p. 434). Algo semelhante pode ser dito do fascismo francês da época, se comparado com o italiano e alemão, contra o qual havia a barricada de tradições igualitárias na população (cf. Paxton, 2007, p. 125-8). A filosofia não pode pretender enunciar para os “obtusos” a natureza de seus verdadeiros interesses e criar uma vanguarda dirigente. As massas estão alinhadas ao senso comum e desconfiam dos intelectuais não por trair, mas por querer a revolução. Mas a teoria crítica pode pretender “tirar a venda dos olhos dos expertos, tirar a ilusão de que o capitalismo, que faz desses seus beneficiários transitórios, baseia-se em outra coisa que não sua exploração e opressão”. A teoria crítica dialoga com as linguagens dos especialistas, que são capazes de enxergar mais do que interesses imediatos e de falar aos iludidos pelo capitalismo sobre essas ilusões (MnG, p. 50).

As três estratégias de Adorno mostram que ainda é muito pouco fazer crítica da ideologia fascista, porque ela está atracada à ordem econômica. Não é uma invenção, mas um sintoma de desconfiança, desilusão, exclusão explorado por políticos reacionários. A suspeita contra inimigos ocultos e superpoderosos não deixa de ser uma avaliação objetiva de um mundo social no qual a influência dos indivíduos é esmagada por forças anônimas. A luta de morte por recursos escassos corresponde à verdade social de muitos trabalhadores precarizados. Se a extrema direita consegue mobilizar paixões “antissistema” de milhões de pessoas, é porque elas sentem e acreditam que há algo profundamente errado com a sociedade moderna. Sob a desorientação sistemática da propaganda nas mídias de massa, os indivíduos tornam-se incapazes de distinguir contradições. As categorias ideológicas tornam-se largamente imunes às contradições da experiência e da reflexão. Elas são formas “objetivas” de pensamento.

A passagem entre o objeto empírico das condições históricas e econômicas do fascismo e o objeto transcendental das suas formas de pensamento e linguagem dá-se pelo elemento mediador da orientação ou desorientação do realismo político.

Referências bibliográficas

- ABROMEIT, John. A teoria crítica da Escola de Frankfurt e a persistência do populismo autoritário nos Estados Unidos. Trad. Simone Fernandes. **Cadernos de filosofia alemã**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 13-38, 2017.
- ADORNO, Theodor W. Reflexionen zur Klassentheorie (1942). In: _____. **Gesammelte Schriften**. Band 8. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986, p. 373-391 [RKt].
- _____.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos** (1944). Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985 [DE].
- _____. Antissemitismo e propaganda fascista (1946). In: _____. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. Trad. Verlaine Freitas. São Paulo: Unesp, 2015, p. 137-152 [APf].
- _____. Observações sobre “A Personalidade Autoritária” de Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson e Sanford (1948). **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 44, n. 2, abr./jun. 2021, p. 345-384 [ObPA].
- _____. **Estudos sobre a personalidade autoritária** (1950). Trad. Virginia Helena Ferreira da Costa, Francisco López Toledo Corrêa e Carlos Henrique Pissaro. São Paulo: Unesp, 2019 [EPa].
- _____. Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista (1951). In: _____. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. Trad. Verlaine Freitas. São Paulo: Unesp, 2015, p. 153-190 [TfPf].
- _____. Mensagens numa garrafa (1951). In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007, p. 39-50 [MnG].
- _____.; HORKHEIMER, Max. **Temas básicos da sociologia** (1956). 2 ed. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1978 [TbS].
- _____. O que significa elaborar o passado? (1960) In: _____. **Educação e emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. 7 reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 29-50 [OsP].
- _____. Introdução à controvérsia sobre o positivismo na sociologia alemã (1961). Trad. Wolfgang Leo Maar. In: LOPARIC, Željko; ARANTES, Otília B. Fiori (Sel.). **Textos escolhidos**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1975, p. 215-263 [ICP].
- _____. Sobre a lógica das ciências sociais (1961). In: COHN, G. (Org.). **Theodor W. Adorno: sociologia**. São Paulo: Ática, 1986, p. 42-61 [SLCs].
- _____. A psicanálise revisitada (1962). In: _____. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. Trad. Verlaine Freitas. São Paulo: Unesp, 2015, p. 43-70 [PR].
- _____. Democratic leadership and mass manipulation (1950). In: GOULDNER (Ed.). **Studies in leadership: leadership and democratic action**. New York: Russel & Russel, 1965, p. 418-438 [DIM].
- _____. **Negative Dialektik** (1966). Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1966 [ND].
- _____. Educação após Auschwitz (1967). In: _____. **Educação e emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. 7 reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 119-138 [EaA].

- _____. **Aspekte des neuen Rechtsradikalismus**: ein Vortrag (1967). Berlin: Suhrkamp, 2019 [AnR].
- _____. Capitalismo tardio ou sociedade industrial (1968). In: COHN, G. (Org.). **Theodor W. Adorno**: sociologia. Trad. de Flavio Kothe. São Paulo: Ática, 1986, p. 62-75 [CtSi]
- _____. Notas marginais sobre teoria e práxis (1969). In: _____. **Palavras e sinais**: modelos críticos 2. Trad. Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 202-229 [NmTP].
- COSTA, Virginia Helena Ferreira. Sobre caráter e personalidade: as antropologias de Fromm, Horkheimer e Adorno nos anos 1930 e 1940. **Princípios**, Natal, v. 25, n. 47, p. 87-119, 2018.
- DE FELICE, Renzo. **Interpretations of fascism**. Transl. Brenda Everett. Cambridge: Harvard University Press, 1977.
- FROMM, Erich. **O medo à liberdade** (1941). 6. ed. Trad. Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- GORDON, Peter. E. The authoritarian personality revisited: reading Adorno in the age of Trump. In: _____.; BROWN, Wendy; PENSKY, Max. **Authoritarianism**: three inquiries in critical theory. Chicago: University of Chicago Press, 2018, p. 45-84.
- GRIFFIN, Roger. **The nature of fascism**. London/New York: Routledge, 1991.
- HABERMAS, Jürgen. **Theorie des kommunikativen Handelns**: Zur Kritik der funktionalistischen Vernunft. Band 2. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981.
- LÖWENTHAL, Leo. Falsche Propheten. Studien zur Faschistischen Agitation (1949). In: _____. **Falsche Propheten**: Studien zum Autoritarismus. Halmut Dubiel (Hrsg.). 2. Aufl. Suhrkamp: Frankfurt am Main, 2017, p. 11-159.
- MUDDE, Cas. **The far right today**. Medford: Polity, 2019
- PAXTON, Robert O. **A anatomia do fascismo**. Trad. Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- REICH, Wilhelm. **Psicologia de massa do fascismo** (1933). Trad. Silva Dias. Porto: Escorpião, 1974
- ROUANET, Sérgio Paulo. **Teoria crítica e psicanálise**. 5. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.
- STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**: a política do “nós” e “eles”. Trad. Bruno Alexander. 6. ed. Porto Alegre: L&PM, 2020.
- STERNHELL Zeev. **The birth of fascist ideology**: from cultural rebellion to political revolution. Tranl. David Maisel. New Jersey: Princeton University Press, 1994.